

A Exposição Residual e as constantes de tempo do Setor Elétrico Brasileiro

MELO, Pedro Alves. “A Exposição Residual e as constantes de tempo do Setor Elétrico Brasileiro”. Agência Canal Energia. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2017.

Em reportagem de 20/01/2017 o Portal CanalEnergia informa que a ANEEL abre consulta pública sobre a exposição residual do MRE. O objetivo é obter subsídios para a discussão conceitual sobre a alocação das exposições residuais, atendendo requerimento administrativo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine. Destaca-se que os geradores apontam prejuízo provocado pela diferença entre o intercâmbio de energia programado para o NE e o realizado.

Que o tema é oportuno não resta qualquer dúvida, mas o problema, aumento das diferenças entre os intercâmbios programados e os intercâmbios realizados, já era esperado à medida que aumentasse o nível de penetração da geração eólica no Sistema Interligado Nacional – SIN, mais especificamente entre o Nordeste e demais regiões.

Essas diferenças têm pouco a ver com a conjuntura hidrológica atual do rio São Francisco, mas, muito a ver com a limitada flexibilidade operacional das usinas geradoras, tanto hidrelétricas quanto termelétricas já instaladas na região. Como essas usinas não são apropriadas para acomodar de forma eficiente as variações naturais da geração eólica na própria região Nordeste, a solução indicada pelo planejamento foi a implantação de substanciais reforços nas interligações regionais. Esta não é necessariamente a melhor solução técnico-econômica. A percepção é que não houve maiores esforços para avaliar outras alternativas que poderiam acomodar o máximo possível da geração eólica na própria região, reduzindo a necessidade desses reforços.

Cabe observar a inconsistência do planejamento pois, enquanto são leiloadas fontes geradoras como eólica e solar, que por sua natureza exigem complementariedade operacional através de fontes geradoras controláveis e flexíveis, ao mesmo tempo são leiloadas fontes inflexíveis para a mesma região. Este foi o caso do último leilão de Energia Nova A-5 em que foram leiloados para a região Nordeste 2.500 MW de termelétricas a GNL.

Como a principal característica dessas termelétricas é o elevado grau de inflexibilidade, o problema só se agravará. Espera-se que, por falta de estudos com a abrangência que que o tema exige, não saia uma solução do tipo, “cria um novo encargo e joga nas costas do consumidor final”, enquanto as instituições responsáveis pela gestão do SIN aprofundam o assunto.

Medidas que evitassem este tipo de inconsistência já deveriam estar definidas. Em 2014, isto é, há mais de 2 anos, o MME fez uma licitação internacional para contratar, com recursos do Banco Mundial, uma consultoria para estudar o tema, os impactos da crescente inserção da geração eólica na operação do SIN. O momento

é oportuno para a divulgação dos resultados desses estudos para que a sociedade possa contribuir de forma proativa nesta audiência pública, subsidiando a ANEEL na regulação técnico-econômica da questão. Já a EPE informou que em 2017 iniciará estudos sobre o tema, quando em 2020 a capacidade instalada de geração eólica na região Nordeste será de quase 18.000 MW. Não é mais possível continuar esperando que os problemas apareçam para depois estudá-los. Enquanto isso, são feitos ajustes regulatórios conjunturais nos quais, na maioria dos casos, os custos só recaem nas costas do consumidor final.

Pedro Alves Melo é engenheiro aposentado da Chesf